

Como Tancredo planejou Constituinte

Documentos secretos revelam os detalhados planos do ex-Presidente

Uma parte do mistério que envolve a criação da Comissão Constitucional, imaginada por Tancredo Neves para redigir o esboço de uma nova Constituição a servir de base para os trabalhos da Constituinte, foi revelada ontem com a divulgação de cinco documentos, até então sigilosos, contendo propostas e explicações para o funcionamento dessa comissão. Esses documentos, já do conhecimento do presidente José Sarney, são os seguintes: a lista com os 33 nomes indicados por Tancredo Neves para compor a Comissão; um histórico da evolução do pensamento e das iniciativas do falecido presidente a respeito do assunto; organogramas de sugestões alternativas sobre a vinculação administrativa e subordinação política da Comissão; explicações a respeito de alguns dos aspectos mais controversos que estão protelando a sua criação; e uma relação dos meios físicos necessários para o seu funcionamento.

Na lista, integrada majoritariamente por juristas, estão Afonso Arinos de Melo Franco (presidente), Fernando Henrique Cardoso (relator), Paulo Brossard, Josaphat Marinho, Paulo Bonavides, João Paulo Pires de Vasconcelos, Edgard de Godoy da Mata Machado, general Octávio Costa, José Francisco (Contag), Laerte Vieira, Dalmo Dallari, José Afonso Silva, Célio Borja, Fábio Konder Comparato, Pinto Ferreira, Xavier Albuquerque, Mauro Santayana (secretário-executivo), Victor Nunes

Leal (recentemente falecido), Seabra Fagundes, Raphael de Almeida Magalhães, Miguel Reale Junior, Celso Furtado, Arnaldo Malheiros, Joaquim Falcão, Eduardo Portella, Benedita Silva (vereadora do PT do Rio), Gilberto Ulhoa Canto, Evaristo de Moraes Filho (criminalista), Cesar Saldanha de Souza Júnior, Milton Santos, Carlos Alberto de Oliveira, Walter Barelli e Bolívar Lamounier.

O histórico, esclarecendo passo a passo o estabelecido entre Tancredo e o ministro da Justiça, Fernando Lyra, era uma peça destinada à imprensa — redigido como um **press-release** (veja na matéria abaixo) — teve sua publicação sustada, pois contém citações inconvenientes. As explicações sobre aspectos controversos da Comissão é também uma peça destinada a esclarecer à imprensa interessada no assunto, com embargo como notícia, mas que não chegou a circular. A época em que foram redigidas as explicações esses aspectos abordados não chegavam a ser controversos, pois manifestavam o pensamento de Tancredo sobre a Comissão.

Ali se afirma que Tancredo queria uma Comissão formada predominantemente por juristas, mas integrada "também com personalidades de grupos representativos da sociedade". Atualmente admite-se a hipótese de se chamar apenas juristas. Segundo as explicações, "Tancredo pretendia que os juristas

não só se aconselhassem de seu saber, mas recebessem do povo a rica contribuição que as dificuldades do cotidiano permitem criar". Esse aconselhamento do povo, porém, é visto agora em algumas áreas com desconfiança e, de outra parte, vem provocando acirrada disputa em torno de nomes que pleiteiam ser indicados.

Ainda conforme as explicações, Tancredo queria que "sua existência excitasse o debate nacional em torno do assunto". A Comissão seria menos um órgão de altos estudos e mais um "fato político" detonador do processo Constituinte a se alastrar por toda a sociedade. Há hoje quem aponte inconveniências nesse debate nacional, até porque poderá influenciar poderosamente na redução do mandato presidencial.

O debate, segundo Tancredo, é necessário para "deixar bem clara a grave responsabilidade dos eleitores na escolha dos membros da Constituinte" porque "os anos de desinformação política fizeram com que poucos tenham exata noção do poder dos deputados constituintes, que podem mudar completamente a natureza do Estado, se assim o desejarem". As explicações falam ainda da escolha de Afonso Arinos, como "um exemplo de conciliação nacional", pois se tratava de "um velho adversário político". Esclarece também que Tancredo decidiu que "o Ministério da Justiça ficasse encarregado de fornecer recursos à Comissão".

GILBERTO ALVES



Sarney conversou ontem com Arinos sobre a Comissão Constitucional

Arinos sugere incluir negros

Um dos documentos que se divulgou ontem sobre a Comissão Constitucional história os últimos contatos e providências acionados por Tancredo Neves antes de hospitalizar-se na noite de 14 de março passado. Num desses contatos, o professor Afonso Arinos, que Tancredo desejou para a presidência da comissão, recomenda uma forma de democratizá-la: "Deveria haver alguns pretos" no grupo. Aceita a sugestão de Afonso Arinos, três negros integram a comissão: o jornalista carioca Carlos Alberto de Oliveira, o geógrafo baiano Milton Santos e a vereadora petista Benedita da Silva, do Rio.

Eis o documento que conta os últimos contatos de Tancredo pela Constituinte:

"O presidente Tancredo Neves, antes mesmo de eleito, conversou com seus assessores imediatos a propósito da formação de uma comissão encarregada de preparar esboço de anteprojeto à Constituição. Ele, em todos os seus discursos, colocava o problema institucional como o mais grave e sempre relembra os de ajustes históricos entre as cartas políticas e a realidade social do País.

Poucos dias antes de sua posse, Tancredo amadureceu seu propósito. Ao convidar o deputado Fernando Lyra para ministro da Justiça, Tancredo expôs-lhe rapidamente a sua idéia, e pediu-lhe que voltassem a falar sobre o assunto. Na segunda entrevista, na segunda-feira (11 de março) que antecedeu a sua hospitalização, Tancredo discutiu com Lyra a constituição do grupo que, a seu ver, não podia ser integrado apenas de juristas, mas também de algumas pessoas representativas dos meios sindicais, entregando ao ministro uma lista de 33 pessoas, na sua imensa maioria juristas conhecidos. Decidiu-se, também nesta reunião, que o secretário-executivo seria o jornalista Mauro Santayana, assessor de Tancredo desde antes da campanha para o Senado em 1978.

O presidente, pelo telefone, convidou o professor Afonso Arinos para presidir a comissão, esclarecendo o seu caráter amplo e o seu objetivo e dizendo que os detalhes seriam discutidos posteriormente.

No dia seguinte, terça-feira, o ministro Fernando Lyra, acompanhado do jornalista Mauro Santayana, visitou o professor Afonso Arinos na residência em que este se hospedava em Brasília. Naquela ocasião, consultando anotações que trazia, Lyra leu para o Sr. Afonso Arinos al-

guns nomes, com os quais concordou o ex-ministro das Relações Exteriores. Na conversa, cordial, que durou mais ou menos uma hora, o Sr. Afonso Arinos lembrou a circunstância de que um seu avô, Cesário Alvim, havia preparado a lei eleitoral que possibilitou a convocação da Constituinte de 1891, e que seu pai, o ministro Afrânio de Mello Franco, fora o presidente da comissão que redigiu o projeto constitucional de 1934. Durante a conversa, o professor Afonso Arinos, que é o autor da conhecida lei contra a discriminação racial, manifestou a opinião de que "deveria haver alguns pretos" no grupo, e Fernando Lyra lhe disse que a comissão não discriminava etnias, lembrando-se dos nomes do jornalista Carlos Alberto de Oliveira, secretário do Trabalho no Rio de Janeiro, do geógrafo Milton Santos, da Bahia, e da vereadora Benedita da Silva, do Rio.

Na quarta-feira seguinte, Tancredo conversou novamente sobre a comissão com Fernando Lyra e, na quinta-feira, pouco tempo antes de ser internado, ao despachar com Mauro Santayana, na Granja do Riacho Fundo, voltou a discutir o assunto. Tancredo disse, então, que o propósito que tinha, ao nomear a comissão, não era apenas o de encomendar um texto que servisse de base aos trabalhos da Assembleia Constituinte, mas criar um fato político, capaz de estimular o grande debate nacional sobre a natureza do Estado a ser instituído. "Ninguém sabe o que é uma Constituição, no Brasil, principalmente por causa destes vinte anos de arbítrio. Já faz quarenta anos que se reuniu o último poder constituinte legítimo neste País" — disse a seu assessor. A existência da comissão, e a presença, nela, de líderes sindicais, como o mineiro João Paulo Pires de Vasconcelos, e o presidente da Contag, José Francisco, permitiria um amplo debate sobre a natureza da Constituição e o papel soberano da Constituinte.

Dessa maneira — era a opinião de Tancredo — o povo escolheria com mais responsabilidade os delegados constituintes. Além disso, o Presidente pretendia que o texto fosse concluído em 15 de novembro deste ano, o que permitiria um bom tempo para o debate público, enquanto se processasse a campanha eleitoral do ano que vem. Dessa maneira, a discussão do texto constitucional estaria vinculada à escolha dos candidatos à Constituinte, facilitando, assim, uma legitimidade maior dos escolhidos a integrá-la".

PT quer início a 21 de abril

A cúpula do PT levará ao Preesidente José Sarney, na próxima semana, uma emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A idéia do PT, que será levada também aos presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães e do Senado, José Fragelli, é de convocar a Constituinte no dia 1º de março de 1986, com eleições em todo o País. No dia 21 de abril de 86, a Assembleia seria instalada.

Essa é a terceira emenda de convocação da Constituinte apresentada no Con-

gresso. As outras duas são de autoria dos deputados Alberto Goldman (PMDB-SP) e Gastone Righi, líder do PTB na Câmara. O PT pretende transformar a sua proposta numa decisão de consenso, procurando as principais lideranças políticas do País.

O presidente do PT, Luis Inácio da Silva e toda a cúpula do partido virão a Brasília na próxima semana especialmente para visitar Ulysses, Fragelli e Sarney. A nova emenda não se limita a convocar a Consti-

tuinte; sugere também a eleição, no dia 15 de novembro deste ano (simultaneamente às eleições municipais) de comissões Consultivas dos municípios, para elaborar sugestões, dentro de 90 dias, sobre temas que deverão ser abordados durante a elaboração da nova Constituição.

— Essas comissões municipais substituiriam a comissão Constituinte que o Governo está querendo formar para elaborar um anteprojeto de Constituição. Nós sugerimos que a própria comunidade participe diretamente, enviando suas sugestões. O povo não pode receber um prato feito por uma comissão de notáveis, justifica Djalma Bom, líder do PT na Câmara.

A emenda do PT não estipula o tempo de duração da Constituinte. Sugere que esse prazo seja determinado pelos próprios deputados e senadores constituintes. A convocação não seria um ato unilateral do Legislativo: "O Presidente da República pode apoiar a emenda e a posse da Constituinte será dada, como o próprio projeto determina, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.

Gaúchos já iniciam debates

Amanhã, em Porto Alegre, na sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Rio Grande do Sul, vai acontecer a primeira reunião do Simpósio pró-Constituinte que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria estará promovendo até outubro próximo, em todo o Brasil. Na reunião de Porto Alegre, como nas que acontecerão em outras capitais, irão participar sindicalistas e trabalhadores filiados a Sindicatos e Federações de Industriários.

José Calixto Ramos, presidente da CNTI, explicou que o objetivo do Simpósio é "esclarecer melhor o nosso trabalhador a respeito do que é uma Assembleia Nacional Constituinte e por que da importância de uma participação efetiva dos trabalhadores no processo.